

Por que o culto à pobreza trava a prosperidade no Brasil *pág. 104*

Trabalho infantil: menos trabalho, mais lucro nas empresas *pág. 66*

EXAME

EDIÇÃO 709

ANO 34 - N.º 5 - 8/MARÇO/2000

R\$ 4,50

www.exame.com.br

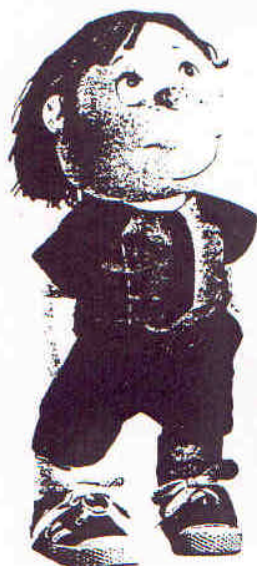
POR QUE TODO MUNDO QUER IR PARA A INTERNET

Luís Mário Bilenky,
ex-presidente da
Fotoptica, agora
na StarMedia

**Cem mil brasileiros
serão contratados este
ano por empresas
ligadas à Internet —
cerca de 300 por dia
útil. O que os seduz:
a promessa de fortuna
e o sonho de construir
um mundo novo na Web.
Preocupadas com a fuga
de talentos, as empresas
começam a reagir**

Por **Cláudia Vassallo**
Página 166





O TAMANHO DO Problema

Para as empresas, eliminar o trabalho infantil é mais lucrativo do que se imagina — mas mais complicado do que parece

Por Alfredo Ogawa

ESTA É UMA HISTÓRIA COMO TANTAS QUE VOCÊ já leu. A não ser por um detalhe. Taiane Michele dos Santos tem 9 anos e participa de um programa de erradicação do trabalho infantil em Itápolis, cidade a 370 quilômetros de São Paulo. Assim como grande parte da população da região, os pais de Taiane vivem da cultura da laranja. A colheita pode ser um serviço pesado mesmo para um adulto. São de 8 a 10 horas diárias enchendo caixas de 28 quilos com laranjas. Ao final da jornada, o trabalhador levou em média 60 desses engradados até o caminhão da fazenda, ou, em outros números, carregou 1 680 quilos nas costas.

A pequena Taiane está livre dessa faina. Ela reparte seu dia entre a escola estadual de manhã e a escola criada pelos empresários da citricultura. Nesta última, Taiane tem direito a duas refeições, uniforme e aulas especiais, como computação, música e a sua preferida, balé. Agora vem o detalhe diferente na história de Taiane e das outras 300 crianças do chamado Centro de Educação Complementar

(CEC) de Itápolis: nenhuma delas trabalha ou trabalhou nos laranjais. Elas participam de um programa de erradicação do trabalho infantil onde não há trabalho infantil. “Não adiantou apenas dizer que não explorávamos crianças”, afirma Ademerval Garcia, presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos (Abecitrus), um setor que foi alvo de acusações há alguns anos. “Para convencer as pessoas e não perder negócios no exterior, tivemos de mostrar na prática como estamos preocupados com o tema.” Só no CEC de Itápolis, inaugurado em 1999, foram investidos 350 000 reais. Outros 250 000 reais viabilizaram a unidade de Araraquara, também no interior paulista.

Mais do que um jogo de aparências, a atitude da Abecitrus é um exemplo das recentes mudanças na relação do empresariado com um velho problema: o emprego de crianças no trabalho. Ser contra meninos e meninas carregando tijolos, vivendo ao lado de fornos superaquecidos para fazer carvão e outras formas tenebrosas de matar a infância é básico para qualquer um — empresa ou cidadão. O que a porção Ltda. e S.A. da sociedade descobriu nos últimos anos é que, agora a questão humanitária, a forma como é tratado o trabalho infantil repercute diretamente (para o bem ou para o mal) nos negócios.

“Contribuir para um mundo melhor aumenta o valor da empresa”, afirma Olga Colpo, sócia da PricewaterhouseCoopers, uma das maiores empresas de consultoria e auditoria do mundo. Não são só palavras bonitas. Trata-se de uma estratégia de negócio. “Hoje, o aspecto social pesa na formação da imagem das companhias”, diz Olga. O reflexo surge em clientes mais identificados com os produtos dessas empresas. Mais consumidores fiéis. Mais vendas. Olga lembra que não adianta seguir colocando a culpa no governo, na situação do país, na dívida externa ou no FMI. “Se esperarmos pelo Estado para resolver tudo, as mudanças serão lentíssimas. As empresas têm sua parte a fazer.”

Colaborou Suzana Nauditch

Aplicados de maneira correta (como se verá mais à frente, essa é a etapa complicada), os programas de combate ao trabalho infantil agregam valor à imagem das companhias, melhoram a habilitação dos empregados, aumentam a produtividade e até mesmo a assiduidade ao trabalho. Se isso não bastasse, livrar-se da pecha de explorador de mão-de-obra de crianças abre ou evita que se fechem portas num mercado externo cada vez mais preocupado com as questões sociais (e louco em busca de justificativas para salvar guardar seus produtos contra a concorrência importada).

A prova está no dia-a-dia das várias experiências adotadas no Brasil. É o que une nomes menos conhecidos como a usina de álcool Petribu, na Zona da Mata de Pernambuco, a gigantes do porte de Volkswagen, Souza Cruz, McDonald's e a própria Abecitrus, cujos filiados são responsáveis por 80% do suco de laranja comercializado no mundo. "Ninguém pode ignorar essa questão", afirma Garcia, da Abecitrus. Ele dá um exemplo simples da relevância do tema. Ele viaja o mundo participando de palestras sobre o preço do suco, previsões de safra e índices de produtividade do setor. Por onde passa, a pergunta inicial, segundo ele, é a mesma: "E o trabalho infantil no Brasil?"

Está melhorando, obrigado. Segundo o IBGE, de 1993 para 1998 o número de crianças de 10 a 14 anos no trabalho caiu de 3,4 milhões para 2,5 milhões. Ainda são 15% da população dessa idade, mas bem menos do que os 20% do censo anterior. A evolução coincide com o avanço das matrículas nas escolas, que subiram de 30,5 milhões de estudantes nessa faixa etária para 35,8 milhões. Também é contemporânea de outro fato fundamental: a leva de acusações sobre trabalho infantil contra empresas brasileiras.

Em 1993, os governos dos Estados Unidos e da França propuseram a criação de uma certa cláusula social no comércio mundial. Produtos que, entre outras práticas condenadas, utilizassem mão-de-obra infantil sofreriam

importantes da pauta de exportação do Brasil. Ninguém ocupou as tribunas internacionais para deplorar a situação dos engraxates mirins ou dos pequenos pedintes de rua.

A pedra no sapato dos empresários de Franca começou a incomodar quando clientes estrangeiros ameaçaram não renovar as encomendas se as crianças continuassem trabalhando. Aqui vai um resumo rápido da história que se seguiu: 1) os empresários se organizam; 2) criam uma fundação para combater o problema; 3) só empresas que abolirem o trabalho infantil são aceitas; 4) quem adere pode usar um selo no produto garantindo que nenhuma criança participou de sua confecção; 5) contratos são salvos. Visto assim parece simples, mas o caso do Pró-Criança, a fundação dos empresários de Franca, é bem mais educativo.

"Isso acontece desde que a gente existe, Elcio!" Era verdade o que Elcio Jacometti, presidente do Pró-Criança, ouvia de seus pares nos primeiros encontros da fundação. Trabalhar na infância sempre foi uma tradição em Franca e, certamente, em boa parte das cidades interioranas brasileiras. O próprio Jacometti já ganhava uns trocados aos 9 anos, cortando sola de sapato. Além de ajudar na economia doméstica, o serviço era (e em muitos lugares ainda é) visto como grande educador. "Hoje o mundo é outro. Precisamos nos adaptar às regras", afirma Jacometti. O Pró-Criança não adotou uma política agressiva ou coercitiva. Só quem quisesse entraria. Mas só quem entrasse teria o selo sobre trabalho infantil tão apreciado e valorizado pelos clientes do exterior. Hoje, quatro anos após sua criação, 70% dos fabricantes de Franca estão filiados à fundação.

Ao tirar os meninos e as meninas do trabalho, o Pró-Criança teve de lidar com outro problema. O que fazer com eles? Mandá-los para a escola foi óbvio, mas muitos já frequentavam as aulas e isso não evitou que agulha e linha parassem em suas mãos. A fundação fez diversos con-



Os números estão melhorando. O total de crianças de 10 a 14 anos

uma sobretaxa. A ideia não passou (embora volte e meia ela reapareça), mas provocou estragos no setor de calçados do Brasil, um dos citados como explorador de crianças. Denúncias feitas à época pelos sindicatos de trabalhadores locais só complicaram o problema.

A reação inicial dos empresários foi tentar rebater as denúncias, minimizando sua dimensão. Em Franca, a 400 quilômetros de São Paulo e um dos principais pólos calçadistas do país, os donos das fábricas reclamaram de "perseguição" da mídia, considerando-se "bodes expiatórios" de uma briga comercial. Não estavam de todo enganados. As denúncias atingiram cinco produtos: calçados, suco de laranja, carvão, sisal e cana-de-açúcar. Não por acaso itens

vêm com empresas locais que cederam bolsas de estudo para os participantes. São aulas de computação, inglês, dança, música e até mecânica de automóveis.

Sob a ótica do empregador isso é muito bom. Como qualquer área, a indústria de calçados está se modernizando. "Comprei uma máquina nova que produz mais, mas exige um operador bem qualificado. Preciso de gente que estudou mais", afirma Jacometti, dono da empresa que leva seu nome. E se, com os estudos, o garoto ou garota resolver seguir outra profissão? "Estamos criando pessoas mais capacitadas, que conseguirão melhores empregos, terão melhores salários e, no fim, comprarão mais nossos produtos", diz Jacometti.

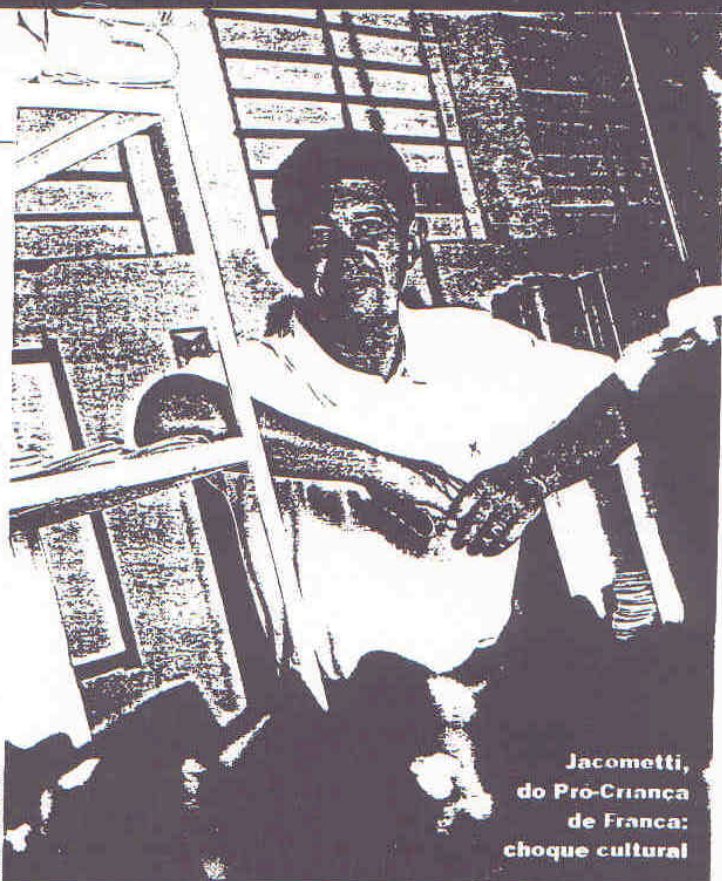
O setor calçadista ganhou fama mundial com a questão do trabalho infantil, tanto que, em dezembro passado, no encontro da Organização Mundial do Comércio, em Seattle, nos Estados Unidos, o presidente americano Bill Clinton citou a indústria do sapato brasileiro — como exploradora de mão-de-obra infantil. Aqui entra um aspecto perverso, mas por vezes profilático, do problema: o estigma pega fácil e dura muito, muito tempo, independentemente dos esforços do condenado para retomar a linha certa. Quer um exemplo? Oito para ser exato. Este foi o número de entrevistados nesta reportagem que citaram, espontaneamente, a Nike como empresa envolvida com trabalho infantil.

Mas você sabia que a Nike tem um código de conduta adotado em todos os seus fornecedores pelo mundo? Nesse documento, estão definidos os padrões trabalhistas, sociais e ambientais obrigatórios. Há uma cláusula específica proibindo o trabalho de crianças. Sabia que um grupo de 25 funcionários da Nike, chamados de "especialistas em práticas trabalhistas", percorre o mundo fiscalizando, a cada semestre, todas as fábricas? Talvez não. Mas provavelmente ouviu falar que garotinhos faziam bolas para

trabalhando caiu 26% em cinco anos

a Nike lá no Paquistão, sob condições e salários subumanos. E que a empresa americana só se mexeu de verdade quando ativistas pró-direitos humanos iniciaram um boicote aos seus produtos.

O fato é que a Nike errou, aprendeu e hoje trabalha doprado contra o prejuízo. No Brasil, a Dilly, de Novo Hamburgo, no Vale dos Sinos, foi submetida a uma auditoria da Pricewaterhouse em 1999 antes de se tornar a primeira fornecedora brasileira de calçados para a Nike. Para ser aprovada, a empresa ainda passou a proibir a contratação de qualquer funcionário com menos de 18 anos. "Zelamos muito pela nossa imagem", afirma Sérgio Guimarães, diretor de produção da Nike.



**Jacometti,
do Pró-Criança
de Franca:
choque cultural**

Imagem. É por isso que se falou sobre o caráter profilático do estigma. Ao ver o que aconteceu com outras empresas, há quem se antecipe ao problema. A Volkswagen, por exemplo, assinou um acordo para banir o trabalho infantil em 1998. Até parece jogada de marketing, pois é sabido que as montadoras de veículos não empregam crianças. Nem mesmo as fábricas de autopeças. Ou a indústria de tinta. Muito menos, imagine, as siderúrgicas que fornecem as chapas de metal. Dá então para ficar tranqüilo? "Não adianta se preocupar apenas com seus

funcionários. É preciso coibir a exploração nos seus fornecedores e nos fornecedores dos fornecedores", afirma Oded Grajew, presidente da Ethos, entidade que reúne empresas socialmente responsáveis. Vale lembrar que a tal bola Nike, que tanta polêmica iniciou, era feita por um subcontratado de um fornecedor de um país distante.

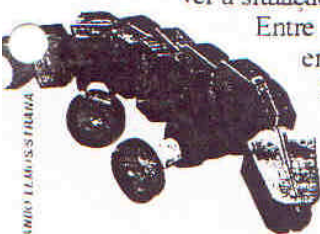
Na cadeia produtiva dos carros, havia um potencial perigo para as montadoras. Há chapas de aço produzidas a partir do carvão vegetal, extraído em Mato Grosso do Sul. Em muitas carvoarias, o trabalho infantil era um problema endêmico. As montadoras mandaram verificar se havia crianças na sua cadeia produtiva. Não havia. Mas isso não era o bastante. Foi criada uma espécie de pacto. "Hoje, qualquer contrato de fornecimento será cancelado se uma das empresas da cadeia produtiva utilizar mão-de-obra infantil", afirma Miguel Jorge, vice-presidente de assuntos corporativos da Volks. Sim, é uma questão social. Mas também de imagem, de dinheiro. "É evidente que haveria pressão dos acionistas da Alemanha se o nome da Volkswagen fosse envolvido numa questão dessas", afirma Miguel.

Seja reativa, como no caso de Franca, ou preventiva, como fizeram as montadoras, a ação das empresas passa pela ideia da responsabilidade social. Parece um tema chato, e a voz monótona e o olhar taciturno de Grajew, militante em tempo integral da causa, não o tornam mais ameno. No fundo, porém, Grajew fala de sucesso ou fracasso na vida empresarial. "Responsabilidade social é uma vanta-

gem competitiva", afirma Grajew. "Se uma empresa fere direitos, contamina o meio ambiente, isso repercute no mercado." (Alguém aí falou em Petrobras?) Essa concepção foi a base de criação da Ethos, que Grajew montou em 1998. A entidade conta hoje com 220 associados, como Natura, C&A, Itaú e 3M, responsáveis por 18% do PIB brasileiro e que promovem dentro e fora de seus domínios ações pró-crianças, velhos, adultos, empregados ou não. "A idéia entrou na lógica empresarial", diz Grajew.

Na Fundação Abrinq essa máxima é comprovada por 1.500 selos diferentes já impressos. Cada um deles está carimbado nos produtos de uma companhia que participa do programa Empresa Amiga da Criança, comprometendo-se a não usar mão-de-obra infantil. Nenhuma delas foi forçada a se filiar. "A fundação foi criada por empresas, quer mudar o comportamento de empresas, e não fechar empresas", afirma Sérgio Mindlin, presidente da entidade. Às vezes, é simples. "No nosso tipo de indústria, com a nossa exposição, temos que prestar contas no Brasil e no mundo", afirma Evandro Gueiros, diretor de suprimentos da Shell, que em 1999 assinou um acordo semelhante ao das montadoras, dispensando fornecedores de álcool ligados ao trabalho infantil. Às vezes, é um mistério. A Petrobras correu para repetir o gesto da Shell. A Esso, outra grande do mercado, ficou de fora. Procurada pela EXAME, a companhia americana não quis se manifestar. A Ipiranga, que também não firmou o compromisso, faz restrições ao acordo. "É simples assinar", afirma Sérgio W. Hillesheim, diretor corporativo de recursos humanos da Ipiranga. "Mais importante é resolver a situação que levou a criança a trabalhar."

Entre outras ações, a Ipiranga investe em programas de qualificação no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, além de doar 1,5 milhão de reais



Não adianta apenas tirar as crianças do trabalho e deixar

ao programa Alfabetização Solidária, do governo federal. "Se alguém nos trazer um projeto confiável na área do álcool, iremos apoiar", diz Hillesheim.

Um bom exemplo para a Ipiranga está em Pernambuco. As usinas de álcool Petribu e São José, da família Petribu, em Carpinha, a 60 quilômetros do Recife, ficam numa área onde moram cerca de 1.500 crianças até 16 anos. Nenhuma na lavoura da cana-de-açúcar, todas nas duas escolas mantidas pelos Petribu, que investe 1 milhão por ano em educação. A empresa paga o uniforme dos alunos, cuida dos prédios e oferece duas refeições por dia. Além do currículo básico, há atividades que vão da natação à música — com direito a uma turma de 30 flautistas.



Já foi dito, repetido em muitos lugares, mas é sempre bom voltar ao ponto primordial: sem educação não dá. Na questão do trabalho infantil, os efeitos da baixa escolaridade podem surgir de maneira inesperada. Em um recente estudo, o economista Marcelo Neri, do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, mostra como a falta de escola dos pais ajuda a perpetuar o problema do trabalho dos filhos. A probabilidade de uma criança de 10 a 15 anos estar em algum tipo de serviço é de 3,2% quando o pai tem 12 ou mais anos de estudo. Na outra ponta, se o pai não passou de três anos na escola, a probabilidade de o filho trabalhar pula para 32,8%. "Quanto mais tempo a criança permanecer hoje na escola, menos chances ela terá de ser um pai ou uma mãe que pre-

cisará colocar o filho para trabalhar", afirma Neri. Em média, cada ano a mais passado num banco escolar significa uma renda 16% superior quando a pessoa atinge a fase adulta. Infelizmente, não dá para ter pressa. "A maturação de políticas educacionais leva décadas", diz Neri.

Se a educação demora, é certo que existem soluções imediatas, com consequências catastróficas idem. Foi o que aconteceu na carvoaria de Mato Grosso do Sul. As cenas de meninos enchendo fornos com lenha correram o mundo, viraram escândalo e deixaram os donos das carvoarias apavorados. Arabela Rota, representante no Brasil do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), lembra o que eles fizeram. Primeiro, tiraram as crianças do



Os músicos mirins da Petribu, em Pernambuco: livres da lavoura da cana.

EDUARDO QUEIROGA/AGÊNCIA LUMIA

trabalho. Mas, como as famílias precisavam realmente da ajuda de seus filhos pequenos para cumprir as metas de produção, em pouco tempo a garotada voltava à labuta — e novas denúncias surgiam. “Os empresários resolveram então só contratar homens solteiros”, diz Arabela. Sem renda, as famílias saíram da zona rural e migraram para as cidades próximas. “Como não tinham qualificação, muitos viraram mendigos”, afirma Arabela. Segundo ela, não faltaram casos de crianças que caíram na prostituição.

Vamos ao último “conceito” desta reportagem: a ação integrada. “No trabalho infantil, quando você resolve um ato, outro aparece em seguida”, afirma Soleny Hamú, secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, entidade que reúne e

as famílias sem uma fonte de renda

promove as iniciativas dos fóruns e comissões estaduais. Como se viu em Mato Grosso do Sul, não adianta apenas empurrar a criança para fora do trabalho. “Por menos que ela ganhe, sua ajuda no orçamento familiar costuma ser fundamental”, diz Beatriz Cunha, coordenadora do Programa para Eliminação do Trabalho Infantil, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). “Devemos criar formas alternativas de renda para a família que compensem a ausência do dinheiro da criança”, afirma Wanda Engel, responsável pelo Peti, programa de erradicação do trabalho infantil do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Notou a quantidade de programas e entidades envolvidas na questão? Isso é bom. Mostra, como diz um recente

documento da OIT, que o tema “passou a fazer parte da agenda do Brasil”. É um fenômeno recente. O primeiro levantamento amplo sobre o trabalho infantil no país só saiu em 1996. Desde então, movidos pelos números e casos escabrosos relatados nesse documento do Ministério do Trabalho, as boas ações (integradas) começaram a pipocar.

No caso das carvoarias, depois do início desastroso, foi adotado um plano alternativo. Em 1996, as famílias passaram a receber uma ajuda em dinheiro para compensar a ausência das crianças no serviço. Não era só isso. Elas deveriam obrigatoriamente estar estudando. Deu certo e a ideia da bolsa-escola, já adotada à época com sucesso no Distrito Federal, foi repetida em outras regiões. O dinheiro podia vir do Unicef, da OIT ou do governo brasileiro, via Peti. No final de 1999, havia 145 000 crianças de 7 a 14 anos em 13 estados atendidas pelo Peti, utilizando uma verba de 82,7 milhões de reais. Em 2000, o Peti pretende atingir 362 000 crianças, um aumento de 150% que, não há mágica, será alcançado via suplementação de verba, que dobrará, combinada com um corte no valor da bolsa. Em alguns casos, ela cairá de 50 para 25 reais por criança a cada mês. Trata-se de uma notícia preocupante, pois a miséria é tão grande no país que em muitas cidades, principalmente no Nordeste, a verba do Peti virou umas das principais fontes de renda da economia local.

Em 1998, a rede de lanchonetes McDonald's foi acusada de explorar o trabalho de crianças e adolescentes, via um fornecedor em Itapeverica da Serra, na região metropolitana de São Paulo. A fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho encontrou cerca de dez garotos montando aqueles bonecos-brindes que vêm no McLanche Feliz. Pela denúncia, eles recebiam 6 reais por 1 000 bonecos, trabalhando 10 horas por dia, sem registro na carteira profissional. O processo acabou arquivado quando os meninos apresentaram declarações de próprio punho dizendo que estavam ali de livre vontade para ajudar uma entidade assistencial.

O McDonald's, que adota um código mundial de conduta semelhante ao da Nike, tem uma história melhor para contar sobre trabalho infantil. No ano passado, Paulo Costa, franqueado da rede em Jundiaí, cidade a 50 quilômetros de São Paulo, entrou num programa de ação integrada. Era para combater uma forma pouco reconhecida de trabalho infantil: o das crianças e adolescentes que ficam nas ruas, vendendo badulaques ou pedindo esmolas. Trata-se até de uma questão de autodefesa. “Parte desses garotos da rua acaba envolvida com o tráfico de drogas e pequenos roubos”, afirma Costa. Junto com a Associação Comercial da cidade (que organizou as empresas), o Conselho Comunitário de Segurança (que mapeou o problema nas ruas) e a prefeitura (que fez a seleção dos candidatos), o McDonald's abriu vagas para garotos entre 14 e 16 anos.



Tiago, Renato e Eliane, do McDonald's: aulas especiais

DANIELA PICORAL

O que adolescentes dessa idade têm a ver com trabalho infantil? É preciso ver a letra da lei. No Brasil, nenhuma criança pode trabalhar até os 14 anos. Dos 16 aos 18 anos, pode, desde que em meio período, nunca à noite ou em atividades pesadas. Nesse intervalo dos 14 aos 16, existe a figura do aprendiz. O adolescente só trabalha se estiver matriculado num curso do chamado sistema S, que inclui Senac e Senai. Como os programas de erradicação atingem apenas quem tem até 14 anos, surge o drama pós-aniversário. "Ao estourar o limite de idade, muitas crianças ficam desamparadas e voltam para a rua", afirma Cida Gibrail, diretora do Departamento da Criança e do Adolescente de Jundiá. "Atitudes como a do McDonald's são uma solução."

É o caso dos jovens Eliane Santiago, 16 anos, Tiago Sousa, 15, e Renato Sousa, 15. Eles trabalham 4 horas por dia no McDonald's, estudam outras 4 na escola e mais 4 de profissionalização no Senac. À pergunta clássica "o que você quer ser no futuro?", os três têm a mesma resposta: gerente do McDonald's. "Ajudo a resolver um problema e recebo funcionários motivados", afirma Costa, que teve outro ganho. Por sugestão de Tiago, foi feita uma mudança no processo de confecção de um dos sanduíches que resultou na economia de 150 reais por mês para a loja. Pouco? É quase o salário do próprio Tiago e ainda estimulou a criação de um programa de bônus entre os funcionários desse McDonald's para quem apresentar idéias parecidas.

A experiência do McDonald's aproveitou a tradição da comunidade de Jundiá de participar de atividades sociais (um hospital contra o câncer está sendo construído na cidade mediante doações). Respeitar a cultura local é chave pa-

ra o sucesso de um programa. No Sul, a indústria do fumo investe contra o trabalho infantil. "O fumo e o cigarro já estão no meio de tantas controvérsias. Não precisamos ter mais um problema", afirma Haroldo Roedel, gerente de assuntos corporativos da Souza Cruz e vice-presidente do Sindicato das Indústrias do Fumo (Sindifumo). Assim como acontecia em Franca, o trabalho é encarado como dever de todo bom filho entre os mais de 160 000 produtores de fumo do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O problema é que 94% da mão-de-obra do setor é familiar. "Na fábrica, você proíbe e fim de papo", afirma Cláudio Henn, presidente do Sindifumo. "O produtor não gosta se você diz, na casa dele, que o filho de 12 anos tem de sair da lavoura."

O Sindifumo buscou a ajuda do consultor Maurilo Casemiro, que participou da implantação do Pró-Criança em Franca. Um orientador vai à casa dos pais, fala sobre trabalho infantil, a importância da escola. Quem aderir ao programa compromete-se a manter os filhos estudando. Cerca de 2 000 produtores aderiram ao programa iniciado no final de 1998. É 1,25% do total. "Precisamos atuar com tato", afirma Casemiro. Mas o tato tem limite. "Chegaremos ao ponto em que aquele que não aderir não vai mais produzir para a gente", afirma Haroldo Roedel, que estima um prazo-limite de cinco anos. Nessa época, o Sindifumo pretende lançar um selo garantindo, enfim, que o fumo brasileiro não utiliza mão-de-obra infantil.

Do ponto de vista da empresa, existe ainda outra razão para erradicar o problema. "A gente deixa de se preocupar com um assunto periférico", afirma Marcos Moraes, diretor de relações institucionais da Cutrale, um dos principais produtores de suco de laranja do mundo. A empresa foi a maior patrocinadora do CEC de Itápolis. Veja o que ela recebe em troca, segundo Moraes:

- "Não há trabalho infantil na citricultura, mas os pais não tinham onde deixar as crianças, que ficavam pelas ruas. Como eles sabem que a meninada está bem agora, trabalham mais tranquilos. Nas nossas fazendas, acreditamos que a produtividade subiu até 100%."

- "Acabou a história de atestado médico falso, que era um jeito de os pais ficarem com os filhos. Tínhamos 10% de faltas por semana. Caíram para 1%."

E o melhor argumento:

- "A empresa está instalada na cidade. Se você não se preocupa com a comunidade, é como ter uma casa bonita na favela. Você precisa transformar o bairro. Ou então o seu negócio vai cair."